

ELEIÇÕES DE 1982 E A PRESIDÊNCIA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 12.10.1982

O caráter autoritário do regime político brasileiro depois da extinção do Ato Institucional nº 5 tem como uma de suas características fundamentais o fato de não permitir, na prática, a alternância de poder. Nas próximas eleições tudo indica que as oposições, além de eleger governadores dos principais estados, obterão ampla maioria de votos nas eleições para o Congresso. Não obstante, o PMDB dificilmente chegará à presidência da República.

O partido do governo deverá ganhar na maioria dos pequenos estados. Mas não é apenas em função deste fato que dá automaticamente ao PDS uma vantagem nas eleições para o Senado que o Governo deverá ainda ter condições de eleger indiretamente o futuro presidente da República. A existência de três senadores por Estado, embora seja uma instituição pouco representativa, tem razões democráticas relacionadas com a necessidade de fortalecer o sistema federativo.

Além deste fato, há três outros de caráter rigorosamente autoritário que impedirão as oposições de chegar à Presidência em 1984: (a) a existência, ainda, de um terço de senadores biônicos; (b) a representação desproporcional na Câmara dos Deputados dos estados mais populosos, especialmente de São Paulo; e (c) a modificação do Colégio Eleitoral feita pelo atual Governo, acrescentando a esse colégio seis representantes da maioria de cada Assembléia Legislativa estadual, independentemente do tamanho dos estados.

Depois das eleições de novembro de 1982, entretanto, é difícil imaginar que o Governo tenha o poder que teve no passado para designar o novo presidente, sem ouvir minimamente a sociedade. Para começar alguns candidatos, como o Sr. Paulo Maluf, serão automaticamente excluídos em função da provável derrota de seu candidato a governador. Não importa que seja eleito deputado federal com um grande número de

votos. Isto não será surpresa já que seus gastos publicitários provavelmente superam os de seu pobre candidato a governador.

É certo que o Sr. Paulo Maluf, já prevendo os resultados das eleições, procura desvincular a derrota de seu candidato a governador da sua própria candidatura. Mas é óbvio que isto é impossível. Na verdade, mais do que esse avanço democrático representado pelo afastamento da disputa pela Presidência do senhor Paulo Maluf, as eleições de novembro de 1982 permitem-nos prever um recuo generalizado do autoritarismo no país.

O presidente Figueiredo deu recentemente uma sábia e espontânea demonstração de comprometimento com a democratização ao garantir, indignado com os que duvidam a posse dos eleitos. Está correta sua indignação porque nada sugere que qualquer dos candidatos porventura eleitos deixe de ser empossado.

Ao que tudo indica os militares em particular já não estão mais interessados em conservar a qualquer custo a presidência da República. É certo, entretanto, que embora haja candidatos militares muito mais democráticos do que certos candidatos civis, a escolha de presidente civil será um avanço. O importante, porém, não é saber se o novo presidente será civil ou militar. Muito mais importante será saber quais serão seus compromissos com a redemocratização do país. Ora, esses compromissos dependem menos da personalidade do novo presidente, e mais da conjuntura política na qual estiver inserido, da qual o resultado das eleições será um elemento fundamental.

Carlos Castelo Branco, no Jornal do Brasil, chegou a sugerir que, dependendo dos resultados das próximas eleições, o novo presidente deverá ser escolhido a partir de um certo consenso entre Governo e oposição. Embora seja difícil imaginar como poderia acontecer esse consenso, não há dúvida que, em qualquer hipótese, aqueles políticos comprometidos obviamente com o autoritarismo ou com a corrupção estarão automaticamente excluídos.(12/10)